

Governo federal é refém do agronegócio e anti-indígena

Por admin · 07/05/2015

[Erwin](#) O presidente do [Conselho Indigenista Missionário \(Cimi\)](#), **Dom Erwin Kräutler**, faz um duro questionamento ao governo brasileiro sobre a situação dos povos indígenas e quilombolas.

Durante a recente 53ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o bispo apresentou em relatório dados e informações que comprovam a omissão dos Três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – em relação aos direitos indígenas e disse que estamos vivendo “um dos piores momentos pós-Constituição de 1988”, no que diz respeito aos direitos territoriais dos povos originários.

Kräutler denuncia no informe a realidade de 305 povos indígenas que estão sendo tratados como “estrangeiros e invasores” de propriedades. Emendas constitucionais que propõem a revisão de terras indígenas já demarcadas, a exemplo da PEC 215/2000, favorecem também a bancada ruralista.

Esses projetos, divulgados como de “interesse nacional” ou “interesse comum”, na realidade, não gerariam o bem “comum” e sim o bem de alguns setores do mercado e da economia, como empreiteiras, mineradoras, usineiros e empresas de energia hidráulica e do agronegócio. Para o presidente do Cimi, o Poder Judiciário prolifera ações contra as demarcações de terras e a política do Poder Executivo é ficar refém do agronegócio, sendo por isso, “francamente, anti-indígena”.

De acordo com o bispo, existe uma percepção de que há excesso nas demarcações de terras indígenas e de que é preciso adotar providências no sentido de assegurar direitos de propriedade de terceiros. No entanto, a demora na demarcação das terras estaria estimulando a perseguição e a violência contra os índios.

Segundo o presidente, que também é bispo do Xingu, o governo federal não tem aceitado o diálogo com os líderes indígenas. Ele denuncia ainda que há um esvaziamento da Funai [Fundação Nacional do Índio], com a redução de verbas e do quadro de funcionários. “Existe dentro do próprio governo uma severa campanha contra a Funai”, afirma no documento.

O Cimi revela ainda que o primeiro mandato do Governo Dilma foi o menor em índice de demarcação de terras. A presidenta Dilma Rousseff homologou, em quatro anos, apenas 11 terras, um total de 2 milhões de hectares, a mais baixa desde os governos pós-ditadura militar. Em todo o ano de 2013, apenas uma terra foi homologada, a Terra Indígena Kayabi, no Pará.

[homologacoes-estatistica](#)

De acordo com o relatório do Cimi “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, de 2013, o estado do Rio Grande do Sul concentra o maior número de casos de omissão e morosidade na regularização de terras, com o registro de 20 ocorrências.

Quanto aos processos de demarcação, 13 processos se encontram engavetados no Ministério da Justiça, aguardando a assinatura de portarias declaratórias. Outros 18 processos de demarcação estão na mesa da presidenta Dilma, à espera da assinatura do decreto de homologação.

No ano passado, Dom Erwin Kräutler se reuniu com o Papa Francisco para discutir as violações aos direitos indígenas. Na ocasião, ele entregou um documento no

qual denuncia a aliança do governo brasileiro com grupos privados, que têm interesse em revogar os direitos territoriais indígenas.

Dados do Cimi indicam que 519 empresas causam impactos em 437 terras pertencentes a 204 comunidades indígenas. Um exemplo é a construção da usina de Belo Monte, no Pará.

[estatística2-terrasindigenas](#)

Documento gerado automaticamente a partir de: <https://rosalux.org.br/governo-federal-e-refem-do-agronegocio-e-anti-indigena/>